

QUAL O AMBIENTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

Camilla Gentil Santana¹

RESUMO

Ao se falar em Educação Ambiental, faz-se necessário, primeiramente, compreender o conceito de ambiente empregado. O referido termo é visto como sinônimo de natureza e meio ambiente, sendo usual a utilização dos termos na literatura, causando, diversas vezes, confusões conceituais que dificultam o entendimento. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo compreender como a utilização dos referidos termos contribuíram para a criação das correntes mais discutidas de educação ambiental, a saber preservacionista, conservacionista e crítica/política. Para tanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica, de modo a revisar os conceitos, explicitando como as mudanças ocorridas nas sociedades influenciaram na utilização dos termos e como isso refletiu nas concepções de educação ambiental. a partir das leituras, concluiu-se que a conceituação dos termos natureza, meio ambiente e ambiente contribuiu significativamente na criação das propostas das três correntes de educação ambiental mais discutidas, pois as mesmas surgiram em resposta a diferentes momentos sociais, sendo importante ressaltar que a educação ambiental crítica foi identificada como a mais apta na contribuição de um modelo de sustentabilidade que envolva crescimento econômico, bem-estar social e mitigação da degradação ambiental.

Palavras-chave: Conceituação, Correntes da Educação Ambiental, Transformações Sociais.

INTRODUÇÃO

Ao se falar em Educação Ambiental (EA), faz-se necessário, primeiramente, compreender o conceito de ambiente empregado. O referido termo é visto como sinônimo de natureza e meio ambiente, sendo usual a utilização dos termos na literatura, causando, diversas vezes, confusões conceituais que dificultam o entendimento. Segundo Dulley (2004), a utilização dos três termos é encontrada como sinônimos em diversos trabalhos, de modo que essa falta de rigor na utilização dos conceitos dificulta o entendimento para aqueles que se dedicam a estudar as questões ambientais.

Por esse motivo, tornou-se necessário a revisão dos conceitos de natureza, ambiente e meio ambiente, de modo a explicitar como as mudanças ocorridas nas sociedades influenciaram na utilização dos mesmos e como isso reflete nas concepções de educação ambiental.

¹ Tutora a distância CESAD/UFS. Email: camillags1@hotmail.com

Diante do exposto foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os conceitos de natureza, meio ambiente e ambiente objetivando compreender como a utilização desses termos contribuiu para a criação das concepções de educação ambiental.

- NATUREZA, MEIO AMBIENTE E AMBIENTE

A palavra natureza deriva do latim *natūra* (HOUAISS e VILAR, 2009) que significa “a natureza personificada, o principio criador”. De acordo com Merleau-Ponty (2006, p. 203)

O conceito de Natureza não evoca somente o resíduo daquilo que não foi construído por mim, mas uma produtividade que não é nossa, embora possamos utilizá-la, ou seja, uma produtividade originária que continua sob as criações artificiais do homem. É simultaneamente o que há de mais velho e é algo sempre novo.

O conceito de natureza sofreu diversas modificações ao longo dos séculos, pois as mudanças ocorridas nas sociedades influenciaram no modo como as populações, de cada período, conceberam-na. Tais modificações ocorreram devido ao dinamismo cultural, isto é, a relação entre homem e natureza é mediada pela dinâmica da cultura. Desse modo, temos que a concepção de natureza é um conceito construído culturalmente, em determinado tempo e espaço. São as interações humanas referentes aos aspectos sociais, econômicos, políticos, entre outros, que definem a relação do grupo com a natureza em cada cultura. Segundo Aragão (2011, p. 27)

“as sociedades humanas, dotadas da capacidade de produzir cultura formulam a construção social de natureza, e a mesma, em diferentes compreensões, influencia o modo como os membros sociais humanos vivem, produzem e se reproduzem.”

Observa-se na tabela a seguir as mudanças na concepção de natureza ao longo dos tempos.

Tabela 1 – Concepções de Natureza ao Longo do Desenvolvimento da Sociedade

Sociedade	Concepção de natureza
-----------	-----------------------

Idade Antiga	A natureza é considerada um todo – a <i>physis</i> – compreende a substância primordial.
Idade Média	A natureza já não é um cosmos, torna-se perecível e fonte de corrupção. O homem não pertence ao reino da natureza, sendo exaltado à semelhança de Deus.
Idade Moderna	A natureza passa a ser o conjunto das coisas que obedecem às leis físicas e matemáticas universais e necessárias. Há separação entre o sujeito e o objeto, deixando mais marcante a exterioridade do homem em relação à natureza.

Baseado no livro *Do Bom Uso da Natureza: Para uma Filosofia do meio ambiente*. Larrère, C.; Larrère, R. Coleção Perspectivas Ecológicas. Instituto Piaget, 1997. Adaptado por Santana (2012).

Na Grécia Antiga, a natureza era considerada o todo, uma substância primordial que independia da vontade humana possuindo uma ordem própria. Entretanto, a *physis* pré-socrática em muito se distancia da concepção atual de Natureza. De acordo com Springer (2010, p.162) “Ao explicar a *physis*, os pré-socráticos não faziam distinção do que hoje entendemos por Natureza² e por homem. Assim, a *physis* era compreendida como um princípio único que originava e ligava todas as coisas”.

Segundo a mesma autora, com a difusão do pensamento cristão houve uma mudança na compreensão de natureza, contribuindo para uma visão dominadora da mesma. Segundo Larrère e Larrère (1997) o cristianismo, aliado ao posterior desenvolvimento da ciência moderna, forneceu elementos para uma visão antropocêntrica, de controle do ser humano sobre o meio. De acordo com esses autores, a natureza deixa de ser eterna para o cristianismo, passando a ser criação divina. Esta era anteriormente considerada um ídolo ou ser sagrado que o cristianismo derruba, pois o homem sendo feito a semelhança de Deus, tende a se diferenciar da natureza, tornando-se superior a ela. Ocorre a separação entre *natura naturans* (ambiente físico-químico-biológico) e *natura naturata* (ambiente construído pelo homem).

Tal dissociação torna-se mais evidente a partir da evolução do paradigma da mecânica clássica, que conduziu a uma visão mecanicista da natureza. A ciência,

² Definição atual de natureza: 1. O mundo material, esp. aquele em que vive o ser humano e existe independente das atividades humanas. 2. Conjunto de elementos (mares, montanhas, árvores, animais, etc.) do mundo natural. 3. Cenário natural. 4. O universo, com todos os seus fenômenos (HOUAISS e VILAR, 2009).

munida de técnicas mais avançadas de observação e questionamento do mundo, passa a considerar a natureza sem alma e sem vida, constituída mecânica e geometricamente (GONÇALVES, 2008). Para Andery (1996) nessa nova visão de mundo, o homem era a preocupação central, de modo que as relações Deus-homem e homem-natureza enfraqueceram-se em importância. Essa nova condição propiciou o impulso tecnicista, que traz implicações no conceito de natureza como algo controlável, como máquina a ser operada pelo homem, marcando uma visão antropocêntrica de mundo (ARAGÃO, 2011). Isso significava, com relação ao conhecimento, a valorização da capacidade do homem de transformar a natureza na busca da construção de um espaço próprio. No entanto, desde os primórdios a humanidade transformou o ambiente com a finalidade de adquirir melhores benefícios. Como exemplos pode-se citar a construção de diques, barragens e canais de irrigação em civilizações antigas, como a do Egito e a dos Maias.

Tais interferências têm culminado hoje numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais que afetam o equilíbrio dos ecossistemas. Para Costa (2011), a situação se agravou a partir da revolução industrial. De acordo com a autora,

O homem europeu do século XVIII, focado no desenvolvimento, no aumento da riqueza, no uso e valorização da técnica e do conhecimento científico, fez a Revolução Industrial, conhecida como revolução das Máquinas (...) Então, vendo-se separado da natureza, o homem explodiu sem pudor as entranhas da Terra em busca de material para abastecer sua produção. Extraiu dela seus sentimentos, violou seus domínios, dominou suas forças, tudo em nome do progresso, da ciência e da modernidade. (p. 33-34).

O período que compreende desde o advento da revolução industrial até os dias atuais, foi marcado por intensas transformações da sociedade, entre as quais se pode citar o surgimento de movimentos sociais que tratavam da perda da qualidade de vida da população durante a reconstrução dos países no pós-guerra. Foi nesse intervalo que o termo “meio ambiente” nasceu.

De acordo com Odum (1988), meio ambiente é o conjunto de fatores que afetam diretamente o metabolismo ou o comportamento dos seres vivos. Nesses fatores estão incluídos a luz, o ar, a água, o solo e os próprios seres vivos, nas suas relações ecológicas. Essa definição assemelha-se a de natureza adotada nos últimos quatrocentos anos, na qual “ora pensamos a natureza como um lugar onde estão as florestas, os rios, as montanhas, os animais e as plantas, ora como um conjunto de tudo isso. Um mundo

criado sem interferência humana” (Costa, 2011, p. 15). Devido a essa superposição conceitual, os termos passaram a ser empregados como sinônimos a partir da década de 1970. Contudo, com o desenvolvimento das cidades, novas relações entre os conceitos de natureza e meio ambiente passaram a ser estabelecidas.

Dias (2010, p. 30) afirma que

No último decênio do século XX, consolida-se uma nova visão de desenvolvimento que não somente envolve o meio ambiente natural, mas também inclui os aspectos socioculturais numa posição de destaque, revelando que a qualidade de vida dos seres humanos passa a ser a condição para o progresso.

De acordo com Felizola (2007), a partir daí surgiram mudanças no conceito de meio ambiente, que deixou de limitar-se à natureza física-química-biológica e passou a relacionar-se também com o meio construído e social. Tal fato proporcionou a utilização de um novo termo: *ambiente*, significando “tudo que rodeia ou envolve os seres vivos e/ou as coisas” (HOUAISS e VILAR, 2009, p. 112). Essa definição considera o meio em que os homens interagem entre si, interferindo e sendo influenciados pelo seu entorno – natural ou construído – com este último em uma posição de destaque cada vez maior. Para Dulley (2004) “A noção de ambiente pode ser considerada como resultado do pensamento e conhecimento humano e do seu trabalho intelectual e físico sobre a natureza, e corresponde portanto à natureza trabalhada” (p. 22).

Segundo o autor, ambiente pode ser considerado como todo produto do conhecimento que o sistema social tem sobre a natureza e o meio ambiente. De acordo com Reboratti (2000),

El hombre, tanto individualmente como organizado en un grupo social cualquier escala y nivel de complejidad (familia, grupo local, nación, etc.) desarrolla sus múltiples actividades en un escenario concreto, formado por muchos elementos: luz solar, suelo, aire, agua en diversas formas (ríos, lluvia, humedad ambiental), plantas y animales grandes y pequeños, construcciones de todo tipo y tamaño, luz artificial, caminos, aire acondicionado, máquinas para diversos fines, la lista es necesariamente muy larga. Este complejo escenario es lo que podemos llamar el ambiente (p. 7).

- A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO SOLUÇÃO

Como discutido no tópico anterior, as sociedades modificaram-se ao longo dos tempos. Tais mudanças culminaram em uma interferência ambiental com proporções nunca vistas. Nesse contexto de crise, os países passaram a se reunir em diversas conferências de modo a discutir e encontrar meios para sanar os problemas ambientais.

Segundo Felizola (2007), há uma intensificação das discussões em torno das questões ambientais a partir da década de 1970, quando eclodiu no mundo um conjunto de manifestações, a revolução estudantil de maio de 1968 na França e o endurecimento das condições políticas na América Latina, com a instituição de dezenas de governos autoritários. Assim o avanço das discussões surge em resposta às exigências de organização democrática dos povos em busca de seus direitos à liberdade, ao trabalho, à educação, à saúde, ao lazer e à definição participativa de seus destinos.

De acordo com Guimarães (2000), a EA surge como um dos instrumentos para se atingir o desenvolvimento econômico juntamente com a preservação ambiental. No entanto, não se tem uma fórmula para se chegar a essa união entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Na verdade, até hoje não se tem uma definição consolidada de educação ambiental. São diversas concepções encontradas na literatura, bem como práticas relacionadas.

Dentre as concepções as mais discutidas estão as correntes preservacionista, conservacionista e crítica/política (ARAÚJO, 2004).

A primeira tendência está centrada na preservação dos recursos naturais, de modo a não aceitar a interferência humana. Foi baseada nesta ideologia que se deram as criações dos primeiros parques (unidades de conservação de proteção integral). Nestes locais não são admitidas intervenções humanas, nem mesmo de comunidades tradicionais que já ocupavam esses espaços antes da criação dessas unidades.

A segunda está centrada na conservação dos recursos a partir de uma visão antropocêntrica. O homem é visto como o destruidor e o salvador ao mesmo tempo. É como se somente o homem pudesse sanar os problemas ocasionados por ele mesmo, conhecendo o funcionamento da natureza. Essa corrente tem seus programas baseados nos três “R”, os da redução, da reutilização e da reciclagem, porém não leva em consideração a dinâmica social.

Já a terceira corrente, caminha para a construção de uma nova mentalidade ambiental, utilizando-se da complexidade para discutir as questões ambientais. A partir dessa visão são considerados os fatores sociais, econômicos, culturais e históricos como ferramenta para se alcançar melhoria da qualidade de vida, que inclui a sustentabilidade dos recursos naturais. Essa vertente elucida a importância de uma transformação social a partir de seus próprios sujeitos, assim, prioriza o desenvolvimento de um senso crítico da realidade posta.

Ao considerar a proposta de sustentabilidade de cada uma dessas correntes verifica-se um cerne comum a cada um dos conceitos discutidos no tópico 1 deste artigo, como visto na tabela abaixo:

Tabela 2 – Relação dos Conceitos com a Proposta de Educação Ambiental

Conceito	Concepção de Educação Ambiental	Proposta de Sustentabilidade
Natureza	Preservacionista	Não há interferência humana
Meio Ambiente	Conservacionista	Aceita o homem no papel de destruidor e/ou salvador
Ambiente	Crítica/Política	O homem é visto como parte do processo

Como visto anteriormente o termo natureza foi entendido de diversos modos em diferentes culturas. No entanto, permaneceu a ideia de que é algo que existe independente do homem. Essa independência foi levada em consideração pela corrente preservacionista, pois sendo a natureza independente do homem, sua sustentabilidade também não se relaciona com o ele. Assim, a criação de espaços protegidos, que não levam em consideração as relações humanas das comunidades locais aparenta ser plausível.

De modo a compreender a corrente conservacionista precisamos primeiramente entender que os significados de natureza e meio ambiente são muito próximos. Ainda se tem a visão de externalidade do homem a esse meio, mas uma mudança sutil é acrescentada: a busca da qualidade de vida das populações humanas. Neste caso, o homem é visto como único agressor do meio, mas também é o único ser capaz de

solucionar os problemas outrora criados por eles. Com isso, programas que buscavam incentivar as mudanças de hábitos da população foram implementados como uma solução à destruição do meio ambiente.

Todavia, com o avanço nas discussões acerca das questões ambientais chegamos ao conceito de ambiente. Neste, a dinâmica social passou a ser reconhecida, tornando-se importante para a compreensão das relações humanas com o meio, seja ele natural ou construído. A qualidade de vida não depende somente de mudanças de hábitos, pois as sociedades continuam evoluindo e tendem a crescer economicamente. Como faremos então para alcançarmos a sustentabilidade? Não se tem resposta única. Mas tem sido consenso que é necessário uma mudança na postura do indivíduo, que vai além da mera mudança de hábitos. É importante que haja uma transformação social, advinda do senso crítico dos sujeitos envolvidos, em cada realidade.

Por considerarmos a educação ambiental crítica mais apta para a criação de modelos sustentáveis que superem os problemas ambientais, a discutiremos melhor no tópico seguinte.

- POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Para Santos (2011), a educação ambiental crítica é expressa pela supervalorização de métodos ativos da aprendizagem, que pressupõem o fazer – a ação sobre o ambiente – calcado na construção de novos valores, que podem resultar em novas atitudes, novos comportamentos, mais adequados do ponto de vista ambiental, e novas “competências” do ponto de vista da ação sobre o ambiente.

Essa ideia corrobora com a de Charlot e Silva (2009) para os quais a educação ambiental contribui para a formação de um espírito crítico e de um indivíduo solidário com os demais seres humanos, as demais espécies vivas e o planeta Terra quando, ao mesmo tempo, ensina conteúdos científicos a respeito da relação do homem com seu meio ambiente e estimula a reflexão sobre a complexidade e as ambiguidades dessa relação. Ao explicitar as ambiguidades da relação do ser humano com o seu meio ambiente, a Educação Ambiental pode, e deve, contribuir para uma abordagem crítica da questão ecológica.

Segundo Cordeiro e Santos (2010) uma visão crítica de ambiente não pode estar desligada das questões sociais que nele estão inseridas, busca compreender e superar os problemas impostos, proporcionando a formação de sujeitos sociais emancipados politicamente (p.114).

Para Felizola (2007), a educação ambiental é um processo educativo e participativo que se desenvolve através de programas e atividades de âmbito comunitário, demonstrando à sociedade a importância dos diferentes elementos da natureza, a sua degradação e maneiras de conservação para as gerações futuras. Com base nesse mesmo pensamento, Cordeiro e Santos (2010) trazem que é necessário desenvolver programas de EA nas comunidades que visem promover mudança de comportamento das pessoas em sua relação cotidiana e individualizada com o meio ambiente e com os recursos naturais, objetivando a formação de hábitos ambientalmente responsáveis.

Ainda para esses autores, a EA prepara o indivíduo para o exercício da cidadania através da participação ativa individual e coletiva, considerando os processos socioeconômicos, políticos e culturais, e com o fortalecimento da consciência crítica leva a uma ação social comprometida com as transformações que se exigem para o desenvolvimento sustentável. Um de seus principais objetivos seria o de proporcionar aos grupos sociais e aos indivíduos a possibilidade de participarem ativamente nas tarefas de resolução das questões ambientais.

Segundo Camargo (2002), seu objetivo é assegurar uma maneira de viver mais coerente com os ideais de uma sociedade sustentável e democrática. Conduz a repensar velhas fórmulas e a propor ações concretas para transformar a casa, a rua, o bairro, as comunidades. Parte de um princípio de respeito à diversidade natural e cultural que inclui a especificidade de classe, de etnia e de gênero. A educação deve ser o portal para o desenvolvimento sustentável e essa sustentabilidade é o novo paradigma do desenvolvimento econômico e social. Contudo, de acordo com Dias (2002) para se compreender a temática ambiental, faz-se necessário considerar seus aspectos políticos, éticos, econômicos, sociais, ecológicos, culturais e outros, para que se obtenha uma visão global do problema e de suas alternativas de soluções. Como podemos observar também em Medina (2000, p.117 *apud* LEITE, 2007):

“A compreensão da complexidade da questão ambiental exige uma abordagem metodológica que, sem abrir mão do saber científico especializado, supere a fragmentação dos diferentes compartimentos disciplinares em que estão divididas as diversas áreas do conhecimento. É necessário se utilizar da contribuição das várias disciplinas (conteúdo e método) e das várias representações sociais dos agentes envolvidos, para se construir uma base comum de compreensão e atuação sobre o problema ou potencialidade ambiental identificada. Considerar a importância dos conhecimentos das populações envolvidas, tendo em vista a especificidade do contexto cultural e natural em que são produzidos e as formas de relações entre a sociedade e a natureza que eles manifestam”.

Para Martins (2010) tratar a educação ambiental sob o enfoque cultural é importante porque visa compreender a forma como cada grupo estabelece um conjunto de regras que definem o relacionamento entre os seus integrantes, e destes com o ambiente do qual fazem parte.

Desse modo, a Educação Ambiental crítica insere-se como um novo modelo que transcende a educação enquanto transmissora de conhecimentos, de técnicas e passa a propor a mediação na construção social entre os sujeitos e o ambiente (LEITE, 2007).

Segundo Reigota (1994) essa educação prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza. Esta cidadania diz respeito à consciência e a vivência dos direitos e deveres, pois ter consciência plena de cidadania é não se limitar aos direitos individuais. Ela se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista e construção dos direitos que devem ser garantidos pelo Estado e visa à conquista e construção de novos direitos. A noção de cidadania planetária sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial (GADOTTI, 2000). Dessa forma, o cidadão torna-se mais consciente de seus problemas socioambientais.

Para a vertente crítica, a educação ambiental precisa construir um instrumental que promova uma atitude crítica, uma compreensão complexa e a politização da problemática ambiental, a participação dos sujeitos, o que implica uma ênfase em práticas sociais menos rígidas, centradas na cooperação entre os atores. Esta abordagem busca superar o reducionismo e estimula um pensar e fazer sobre o meio ambiente diretamente vinculado ao diálogo entre saberes, à participação, aos valores éticos como valores fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza. (JACOBI, 2005).

De acordo com Lima (2002), a tendência transformadora, emancipatória se estabelece no compromisso de transformar a ordem social e de renovar a sociedade e sua relação com o meio ambiente. Para os inseridos numa perspectiva emancipatória a Educação Ambiental é meio para a problematização da realidade e transformação integral de sujeitos e sociedade (LOUREIRO, 2004).

A EA teria que formar valores, atitudes e competências para consolidar as relações entre os indivíduos e os grupos sociais com a natureza e o meio ambiente. Trata-se de lhes fomentar capacidades, de modo que desenvolvam o conhecimento pessoal com relação ao meio em que vivem, sustentados por um pensamento crítico (RODRIGUEZ; SILVA, 2010).

A Educação Ambiental crítica volta-se para uma ação reflexiva (teoria e prática) de intervenção em uma realidade complexa; é coletiva; seu conteúdo está para além dos livros, está na realidade socioambiental derrubando os muros das escolas. É uma educação política voltada para a transformação da sociedade em busca da sustentabilidade (ZACHARIAS JÚNIOR, 2009).

De acordo com Soares et.al. (2010, p. 10)

A promulgação da Lei 9795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui uma Política Nacional de EA foi uma relevante conquista da sociedade civil, pois dá lugar à democracia e à justiça social no campo da questão em tela, cabendo ao poder público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, além de promover a mesma nos currículos de todos os níveis e modalidades de ensino, bem como no âmbito não-formal.

Segundo Antunes (1999, p. 79) educação ambiental não-formal é um processo integrado e amplo cujo objetivo é a capacitação dos indivíduos para a ampla compreensão das diferentes repercussões ambientais das atividades humanas, tornando-os aptos a agir ativamente em defesa da qualidade ambiental. Portanto, busca a participação e a mobilização da sociedade em torno da necessidade de se fazer uso adequado dos recursos da natureza, controlar o desperdício de recursos e energias, controlar a poluição e a degradação ambiental e principalmente buscar melhorias da qualidade de vida das comunidades (FELIZOLA, 2007).

Entretanto, Siqueira (2002) alerta sobre a generalização dos eventos ambientais como forma de educação ambiental. Para ele,

No Brasil temos de reconhecer que as atividades não-formais de educação ambiental estão bem à frente das chamadas atividades formais nas escolas e universidades, em nível curricular. Essas ações educativas não-formais, que possuem um enfoque processual e contínuo, são hoje desenvolvidas livremente por diversas organizações da sociedade civil, por iniciativas de empresas públicas e privadas, por escolas públicas e particulares, por fundações ambientalistas, pelo voluntariado ecológico entre outros. Ao que na verdade devemos ficar atentos é quanto ao perigo que corremos constantemente em confundir essas atividades com os inúmeros eventos ambientais que acontecem frequentemente na sociedade. Infelizmente muitos eventos, embora sejam ambientalmente educativos não podem ser considerados como educação ambiental no sentido rigoroso da palavra. É preciso lembrar que educação ambiental não é um evento esporádico ou isolado, mas um processo de construção e reconstrução de ações éticas entre o social e o ambiental (p. 66).

Para ZACHARIAS JÚNIOR (2009) um importante papel da Educação Ambiental é no processo de construção de uma sociedade mais justa, e a interdisciplinaridade deve ser considerada como eixo central da sua prática. Nesse contexto, ela trata de existência, coerência, dignidade, humildade, criatividade, reflexão, integração, cooperação, crítica e autocrítica; é o caminho para a constituição de um novo paradigma. O que se pode concluir é que a Educação Ambiental deve proporcionar grande incentivo para que os indivíduos participem ativamente da resolução de problemas no seu contexto de realidade específica.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a conceituação dos termos natureza, meio ambiente e ambiente contribuiu significativamente na criação das propostas das três correntes de educação ambiental mais discutidas, pois as mesmas surgiram em resposta a diferentes momentos sociais.

É importante ressaltar que a educação ambiental crítica foi identificada como sendo a que melhor contribui para alcançarmos um modelo de sustentabilidade que envolva crescimento econômico, bem-estar social e mitigação da degradação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, M. et. Al. **Para compreender a ciência: Uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, tempo brasileiro, 1996.

ANTUNES, P. **Educação Ambiental**. Rev. Direito, Rio de Janeiro, v.3, n. 6, jul./dez. 1999.

ARAGÃO, M. **Rios de Reciprocidades: Saberes Tradicionais no Contexto da Sustentabilidade Socioambiental na Comunidade Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda-SE**. Dissertação do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFS. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

CAMARGO, A. **As Dimensões e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável: Concepções, Entraves e Implicações à Sociedade Humana**. Florianópolis, 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

CHARLOT, B.; SILVA, V. O que chamamos de “natureza”? Contribuição para uma abordagem crítica em Educação Ambiental. IN: CRUZ, M (org.). **Contribuições para Pensar a Educação, à Diversidade e à Cidadania**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

CORDEIRO, J. ; SANTOS, J. Práticas Educativas e o Meio Ambiente: a questão da água doce no mundo. IN: ABÍLIO, F. (org.). **Educação Ambiental e Ensino de Ciências**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

COSTA, L. **Cultura é Natureza: Tribos Urbanas e Povos Tradicionais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DIAS, G. **Iniciação à Temática Ambiental**. São Paulo: Gaia, 2002.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

DULLEY, R. **Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais**. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

FELIZOLA, M. P. M. **Projetos de Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Aracaju/SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação** São Paulo em Perspectiva, vol.14 n.2, 2000.

GONÇALVES, J. **Homem-Natureza: Uma Relação Conflitante ao Longo da História**. Revista Multidisciplinar da UNIESP - Saber Acadêmico. n ° 06, Dez. 2008.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental: No Consenso um Embate?** Campinas, SP: Papirus, 2000.

HOUAISS, A.; VILAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JACOBI, P. **Educação Ambiental: O Desafio da Construção de um Pensamento Crítico, Complexo e Reflexivo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago, 2005.

LARRÉRE, C.; LARRÉRE, R. **Do Bom Uso da Natureza: Para uma Filosofia do Meio Ambiente**. Coleção Perspectivas Ecológicas. Instituto Piaget, 1997.

LEITE, M. M. B. X. **Entre o Rio e o Mar: Educação Ambiental para o Fortalecimento da Comunidade Pesqueira do Mosqueiro – Aracaju/SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

LIMA, G. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. IN: LOUREIRO, C. **Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: 2004.

MARTINS, A. Os desafios da reintegração do homem à natureza na sociedade contemporânea. IN: LANSSEN, D. et al. (org.). **Questão Ambiental e Desenvolvimento Econômico: Contribuições Teóricas e Desafios Contemporâneos**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

MERLEAU-PONTY, M. **A Natureza**. Texto estabelecido e anotado por Dominique Séglaard. Tradução Álvaro Cabral. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ODUM, E. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

REBORATTI, C. **Ambiente y Sociedad: Conceptos y Relaciones**. Buenos Aires: Ariel, 2000.

REIGOTA, M. **O Que É Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUEZ, J.; SILVA, E. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios**. 2 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

SANTOS, F. A. S. **Descrição e Avaliação de um Programa de Ensino para a Elaboração de Projetos de Educação Ambiental com Professores do Município de Indiaroba/SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SIQUEIRA, J. **Ética e Meio Ambiente**. 2 ed. Edições Loyola, São Paulo: 2002.

SOARES, A.; et. al. **Educação Ambiental: Construindo Metodologias e Práticas Participativas**. Disponível em www.anppas.org.br/encontro_anual. Acessado em 7 de julho de 2010.

SPRINGER, K. **A Concepção de Natureza na Geografia**. Revista Mercator - volume 9, número 18, jan./abr., p. 159 a 170, 2010.

ZACHARIAS JÚNIOR, L. **Aplicação e Análise de Práticas Pedagógicas sobre Percepção e Educação Ambiental com Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual Limeira – SP**. Dissertação do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. Araraquara, 2009.